

## Proc. Administrativo 2.568/2026

**De:** Daiana A. - SMS-ADM-CC

**Para:** SMS-ADM-CC - Contratos e Convênios

**Data:** 27/01/2026 às 15:58:54

**Setores envolvidos:**

SMS, SMS-ADM, SMS-AS, SMS-AS-APS, SMS-ADM-CC, SMS-AS-APS-DIR

### ADITIVO DE PRAZO E META - ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

Por meio deste solicitamos aditivo de meta e prazo de 06 (SEIS) meses ao contrato nº 183/2025, inexigibilidade nr. 15/2025 em nome de ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, a partir do vencimento em 25/03/2026.

*Considerando que o contrato em questão trata-se de prestação de serviços essenciais à continuidade das atividades, com prazo determinado para sua vigência.*

Justifica-se, portanto, a necessidade de celebração de termo aditivo para prorrogação do prazo contratual, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços até a nomeação dos candidatos aprovados. Ressalta-se que a substituição dos profissionais terceirizados pelos servidores concursados ocorrerá de forma gradual, obedecendo à ordem dos contratos que não comportam mais prorrogação, assegurando-se, assim, a transição planejada e a manutenção da regularidade na prestação dos serviços.

Segue contrato.

**Eveline de Fabris Nicolaou - SMS-AS-APS-DIR** **Fernando Braz Pauli - SMS-AS** para conhecimento

—  
**Daiana Andrade**

Administrativo

Watts (46) 99134-6760

**Anexos:**

CONT\_183\_ACESSOMED\_GESTAO\_E\_SERVICOS\_LTDA.pdf



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Prestação de Serviços nº 183/2025, que entre si celebram de um lado o município de FRANCISCO BELTRÃO e de outro lado a empresa ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o município de FRANCISCO BELTRÃO, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ANTONIO PEDRON, inscrito no CPF/MF sob o nº 196.905.689-49 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro, ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.306.377/0001-41, com sede na Avenida João Gualberto, 1342, Sala 701, Andar 7, CEP: 80030000, Bairro Alto da Glória, na cidade de Curitiba/PR, doravante designada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor JOÃO GUILHERME GALI MARTINS, inscrito no CPF nº 082.500.099-83 e portador do RG nº 124689368, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência do Chamamento Público nº 06/2024 e da inexigibilidade de licitação nº 15/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é a prestação de serviços médicos generalistas, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 06 (seis) meses, de acordo com as especificações abaixo:

| Item | Código | Descrição                                                                                                                                                                                            | Unidade | Quantidade | Preço unitário<br>R\$ | Preço total<br>R\$ |
|------|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|-----------------------|--------------------|
| 1    | 60108  | Serviços de médico generalista para atendimento nas Unidades de Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais.<br>Profissional: Danielly Maximino da Rocha - CRM/PR: 57568. | MES     | 6,00       | 17.589,65             | 105.537,90         |

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ 105.537,90 (cento e cinco mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA prestará os serviços de médico generalista no Município de Francisco Beltrão - PR, de acordo com a necessidade de cada bairro/comunidade relacionado abaixo e conforme programação da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, nas seguintes unidades de saúde: ESF Cantelmo, ESF Conjunto Esperança, ESF Cristo Rei, ESF Industrial, ESF Jardim Floresta, ESF Jardim Itália, ESF Jardim Seminário, ESF Luther King, ESF Marrecas, ESF Novo Mundo, ESF Padre Ulrico, ESF Pinheirão, ESF Pinheirinho, ESF Sadia, ESF São Cristóvão, ESF São Francisco e ESF São Miguel, ESF Assentamento Missões, EFS KM-20, ESF Nova Concordia, CAPS AD II, UBS Vila Nova, UBS Alvorada e UBS da Cango.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### PARÁGRAFO PRIMEIRO - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1 - Prestar os serviços de médico generalista, para atendimento no Programa de Estratégia de Saúde da Família indicado pelo Município, com carga horária de 40 horas semanais no município de Francisco Beltrão – PR., de acordo com a proposta apresentada, nos horários determinados pela Secretaria Municipal da Saúde;

2 - Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

- 3 - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de Serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação Legal;
- 4 - Se pessoa jurídica, responsabiliza-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- 5 - Responsabiliza-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar aos pacientes;
- 6 - Manter durante todo o contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- 7 - Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pelo Município de Francisco Beltrão;
- 8 – Estar ciente de que é proibido de ceder ou transferir para terceiros a execução;
- 9 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- 10 - Dirigir-se à 8ª Regional de Saúde e solicitar a aquisição de receituário Tipo A (Receita Amarela), devendo estar em mãos com no máximo 15 dias úteis à partir da emissão do contrato;
- 11 - Registrar a presença através do sistema de ponto biométrico;
- 12 - Registrar os atendimentos dos pacientes em prontuário eletrônico de sistema disponibilizado pelo município;
- 13 - Obrigatoriamente participar em treinamentos e palestras quando solicitado e disponibilizado pela Secretaria de Saúde;
- 14 - Avisar com 30 (trinta) dias de antecedência seu desligamento.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO - SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE :**

- 1 - Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seu serviço dentro das normas deste contrato;
- 2 - Comunicar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço contratado;
- 3 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 10 (dez) anos, através de Termo Aditivo, caso haja interesse da administração e com anuência da CONTRATADA, e desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

O valor dos serviços poderá ser atualizado com base no índice de reajuste anual concedido aos servidores públicos municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

O Município, através da Secretaria Municipal de Saúde, realizará o acompanhamento da execução dos serviços por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do fiscal designado para acompanhamento do contrato e as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os documentos formalizados pela Auditoria Municipal, decorrentes de reclamações, sugestões, elogios, etc., serão encaminhados aos prestadores dos serviços para conhecimento e esclarecimento em prazo a ser determinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso seja detectada a necessidade de medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos, a Secretaria Municipal de Saúde orientará a CONTRATADA para as adequações necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo a verificação da persistência de problemas identificados, haverá justificativa para ocorrer a rescisão unilateral do contrato com abertura de Procedimento Administrativo sancionador e descredenciamento da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste edital correrão a conta de Recursos vinculados a E. C. 29/00 e Bloco de custeio das ações e serviços públicos em saúde, da seguinte dotação orçamentária:

| DOTAÇÕES         |                         |                  |                     |                |
|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Conta da despesa | Funcional programática  | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 5560             | 08.006.10.301.1001.2046 | 494              | 3.3.90.34.00.00     | Do Exercício   |
| 5550             | 08.006.10.301.1001.2046 | 0                | 3.3.90.34.00.00     | Do Exercício   |

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

Os serviços serão remunerados de acordo com o valor de referência indicado na Cláusula Primeira deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento pela prestação dos serviços será realizado em até 10 (dez) dias, no mês subsequente ao período de apuração da prestação dos serviços, mediante apresentação de documento fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O período de apuração para efeito de pagamento será de 30 dias, contados do dia 16 de cada mês até o dia 15 do mês subsequente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O faturamento mensal da prestação dos serviços deverá ocorrer de acordo com o registro no controle de frequência através do ponto biométrico.

PARÁGRAFO QUARTO - O Município efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

O contrato será extinto após a conclusão de sua execução e pelo decurso do seu prazo de vigência em caso de não haver prorrogação, sendo que o descredenciamento a pedido do interessado ou por ato da Administração Pública deverá observar o disposto no Edital de Chamamento Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Poderá ser realizada a rescisão consensual do contrato caso haja interesse da Administração Municipal e desde que não estejam configurados motivos ensejadores de rescisão unilateral, devendo a rescisão ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São hipóteses de rescisão unilateral determinada por ato da Administração:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- c) a subcontratação, a cessão ou a transferência total ou parcial do objeto contratado não autorizadas pela Administração;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio da fiscalização após as devidas notificações;
- f) a decretação de falência, a dissolução da sociedade ou o falecimento de sócio da CONTRATADA que impossibilite a execução dos serviços;
- g) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa CONTRATADA que prejudique a execução do contrato;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do Município CONTRATANTE, hipótese em que a CONTRATADA será remunerada na proporção da parcela contratual que houver executado, sem incidência de qualquer indenização suplementar;
- i) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato, hipótese em que a CONTRATADA será remunerada na proporção da parcela contratual que houver executado, sem incidência de qualquer indenização suplementar;
- j) a sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento;
- k) a perda das condições de habilitação da CONTRATADA;
- l) a eventual cobrança de qualquer valor dos pacientes ou seus responsáveis para a execução dos serviços;
- m) as demais infrações descritas na Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão unilateral obedecerá ao disposto nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº. 14.133/2021, devendo ser precedida de notificação da CONTRATADA, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa em processo regular, sendo que a CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Município CONTRATANTE previstos na legislação citada.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias ou o que se demonstrar mais adequado para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

PARÁGRAFO QUINTO - A rescisão contratual, sempre que possível, será precedida da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

PARÁGRAFO SEXTO - Sempre que houver o credenciamento de novos prestadores ou o descredenciamento ou rescisão contratual, poderá ocorrer novo rateio dos quantitativos, conforme critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público.





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, caso a CONTRATADA:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  - 1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" até "h" do *caput* desta cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do *caput* desta cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do *caput* desta cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do *caput* desta cláusula a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do *caput* desta cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).



## **MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**

### **Estado do Paraná**

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, inclusive o reajuste de preços referido na Cláusula Sexta, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As condições estabelecidas no Chamamento público nº 06/2024 e na proposta apresentada pela CONTRATADA são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Serão incorporadas a este contrato, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).



## *MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*

### *Estado do Paraná*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão do contrato com ao CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A gestão deste instrumento será efetuada pelo Secretária Municipal de Saúde, Senhora CINTIA JAQUELINE RAMOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 839.863.919-91 portadora do RG nº 6.127.885-0.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato serão efetuados pelo servidor da Secretaria de Saúde senhor FERNANDO BRAZ PAULI, CPF nº 912.353.320-04.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Francisco Beltrão, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Francisco Beltrão, 26 de março de 2025.

ANTONIO PEDRON  
CPF Nº 196.905.689-49

PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

CONTRATADA  
JOÃO GUILHERME GALI MARTINS  
CPF 082.500.099-83





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7FC0-7FD1-1273-26B7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ INDIANARA CARLOTTO TRECO (CPF 077.XXX.XXX-50) em 27/01/2026 16:04:25 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ TAMYRES DAL MORO (CPF 062.XXX.XXX-51) em 27/01/2026 17:00:35 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ EDSON CONCELIER (CPF 044.XXX.XXX-06) em 28/01/2026 07:41:53 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/7FC0-7FD1-1273-26B7>

**Proc. Administrativo 1- 2.568/2026**

**De:** Daiana A. - SMS-ADM-CC

**Para:** SMA-LC-ALT - Alterações Contratuais e Outros/Aditivos

**Data:** 18/02/2026 às 17:13:55

Segue aceite

—

**Daiana Andrade**

Administrativo

Watts (46) 99134-6760

**Anexos:**

Acessomed\_Acessomed\_Gestao\_de\_Servicos.pdf



+55 41 9289-6033



- Documentos pessoais do profissional
- CRM do PR (do profissional)
- Diploma de conclusão (do profissional)
- Anexar a cópia do contrato de prestação de serviço que deseja apostilar

Segue link para solicitação

[https://franciscobeltrao.1doc.com.br/b.php?pg=o/central\\_servicos&tab=categoria](https://franciscobeltrao.1doc.com.br/b.php?pg=o/central_servicos&tab=categoria)

15:16 ✓

Oi Daiana, ok iremos providenciar 15:45

Obrigada 15:46

sexta-feira

Boa tarde

Estou entrando em contato para informar que o contrato nº 183/2025 terá vencimento em 25/03/2026.

Diante disso, gostaria de solicitar se tem interesse em aditivo contratual para prorrogação do prazo.

Fico no aguardo das orientações para dar prosseguimento.

13:44 ✓

AcessoMed Gestão E Serviços Ltda agradece seu contato. Como podemos ajudar? 13:44

Agradecemos sua mensagem. Não estamos disponíveis no momento, mas responderemos assim que possível. 13:46

Hoje

oi boa tarde 13:24 ✓

Você

Boa tarde

...

sobre a renovação tem interesse em aditar?

13:24 ✓

Boa tarde 15:19

Você

sobre a renovação tem interesse em aditar?

Sim

15:19

Temos interesse 15:19



Digite uma mensagem



**De:** Marcelo C. - SMA-LC-ALT

**Para:** GP-PGM-JEA - Jurídico/ Editais e Aditivos - A/C Camila B.

**Data:** 19/02/2026 às 14:11:45

Boa Tarde,

Encaminha-se para análise e parecer jurídico.

Atenciosamente,

—

***Marcelo Felipe de Costa***

Departamento de Licitações - 46 3520-2149.

## Proc. Administrativo 3- 2.568/2026

**De:** Camila B. - GP-PGM-JEA

**Para:** GP-AGD - Assessoria de Gabinete - Despachos

**Data:** 23/02/2026 às 18:29:44

**Setores envolvidos:**

SMS, SMS-ADM, SMS-AS, SMS-AS-APS, SMS-ADM-CC, SMS-AS-APS-DIR, SMA-LC-ALT, GP-PGM-JEA, GP-AGD

### ADITIVO DE PRAZO E META - ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

Segue parecer jurídico.

Att

—

**Camila Slongo Pegoraro Bõnte**  
Procuradora Geral

**Anexos:**

Parecer\_n\_0248\_2026\_Proc\_2568\_Aditivo\_de\_Prazo\_nova\_lei\_servicos\_contínuos\_Acessomed\_deferimento.pdf



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### PARECER JURÍDICO N.º 0248/2026

PROCESSO N.º : 2568/2026  
REQUERENTE : SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
INTERESSADA : ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA  
ASSUNTO : TERMO ADITIVO DE PRAZO

#### 1 RELATÓRIO

Trata-se de pedido formulado pela Secretaria Municipal de Saúde de prorrogação de prazo em 6 (seis) meses ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 183/2025 (Inexigibilidade n.º 15/2025), que tem por objeto a prestação de serviços de médicos generalistas, para atendimento nas Unidades de Saúde, em decorrência do Chamamento Público n.º 06/2024.

O processo veio acompanhado de cópia do Contrato e concordância da contratada.

É o relatório.

#### 2 FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, ressalta-se que ao presente caso é aplicável o novo regime jurídico da Lei n.º. 14.133/2021 em razão do contrato ter sido firmado em 26/03/2025, decorrente de Inexigibilidade de licitação processada no referido ano.

O contrato sob exame tem por objeto a prestação de serviços de necessidade permanente, já que são essenciais para a manutenção da atividade administrativa por meio de serviços de médicos generalistas.

Assim, verifica-se que o caso se enquadra em hipótese de serviços contínuos, conforme definição do art. 6º, inc. XV, da Lei n.º. 14.133/2021, a saber:

*Art. 6º (...) XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;*

Dessa forma, a prorrogação de contrato de serviços contínuos tem a prorrogação definida no art. 107 da Lei n.º. 14.133/2021, que estabelece a sua forma sucessiva até o máximo de 10 (dez) anos, a saber:

*Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

A possibilidade de prorrogação de serviços contínuos, no entanto, está atrelada a dois requisitos, sendo eles: a previsão em edital (ou no contrato, para o caso de contratação direta); e a permanência das condições e preços vantajosos para a Administração.

Pois bem. No presente caso, com vistas a demonstrar que a não prorrogação do contrato representaria dano potencial para o interesse público, a unidade demandante apresentou as justificativas de garantia da continuidade da prestação dos serviços, vez que o atendimento médico às Unidades de Saúde é crucial para as ações da municipalidade e manutenção da saúde pública.

Importante registrar que o objeto sob exame contempla contratação por inexigibilidade de licitação, na qual restou demonstrada a ausência de alternativas para o atendimento da necessidade pública de essencialidade do serviço de médicos generalistas, sendo demandada a dilatação do prazo de vigência da presente contratação.

Assim, observa-se a plausibilidade do pedido, mostrando-se plenamente cabível o pleito de prorrogação do contrato por mais 6 (seis) meses para sua execução, visto que não ultrapassa o limite temporal de 10 (dez) anos previsto na legislação, assim como garante a continuidade dos serviços públicos.

No mais, verifica-se que o prazo de vigência do contrato encerra em 25/03/2026, ao passo que o requerimento de aditivo foi protocolado em 27/01/2026, operando-se a sua tempestividade, nos termos do art. 132 da Lei nº. 14.133/2021<sup>1</sup>.

Por fim, a nova Lei de Licitações estipula condição para ser formalizado o Termo Aditivo de prorrogação de vigência do contrato, consistente na verificação da regularidade fiscal da contratada, nos termos do art. 91, § 4º, abaixo transcrito:

*Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial. (...)*

*§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.*

Dessa forma, antes de ser realizado o respectivo Termo Aditivo, recomenda-se que o responsável no Departamento de Licitações e Contratos realize a verificação acima.

Adverte-se, no entanto, que a presente contratação constitui terceirização de profissionais existentes no quadro próprio do Município, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde

<sup>1</sup> “Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.”





## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

a obrigação de realizar a verificação da substituição dos terceirizados mediante preenchimento dos cargos vagos por concurso público.

Ainda, tendo em vista a homologação do Concurso nº. 247/2025 em 17/12/2025 e levando-se em conta o tempo necessário para a realização dos atos de convocação, nomeação, etc, para os aprovados, além das justificativas apresentadas pela Secretaria de Saúde, entende-se adequado o prazo solicitado para a prorrogação contratual.

### 3 CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, opina-se pelo **DEFERIMENTO** do pedido de prorrogação de prazo 6 (seis) meses ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 183/2025 (Inexigibilidade n.º. 15/2025), firmado com a empresa **ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA.** Assim, recomenda-se:

(A) encaminhamento à autoridade competente, no caso, o Prefeito Municipal, para que previamente autorize o aditamento;

(B) encaminhamento ao Controle Interno para ciência, nos termos do art. 83, § 2º,<sup>2</sup> da Lei Orgânica Municipal;

(C) o Departamento de Compras, Licitações e Contratos deverá elaborar o aditivo imediatamente, com a devida motivação, respeitando-se o prazo de 6 (seis) meses pleiteado e o percentual de reajuste inflacionário apurado, além de realizar a verificação da regularidade fiscal da contratada;

(D) encaminhamento à Secretaria de Saúde para tomar as providências para a substituição gradativa dos terceirizados pelos candidatos aprovados no **CONCURSO PÚBLICO** em andamento.

É o parecer, submetido à honrosa apreciação de Vossa Senhoria.

Francisco Beltrão/PR, 23 de fevereiro de 2026.

**CAMILA SLONGO PEGORARO BONTE**

**DECRETOS 040/2015 – 013/2017**

**OAB/PR 41.048**

<sup>2</sup> “Art. 83. (...) § 2º. O controle interno buscará manter a regularidade na realização da receita e da despesa, acompanhar o desenvolvimento dos programas e da execução orçamentária e os resultados alcançados, bem como a perfeita execução dos contratos de que seja parte o Município.”





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FBFB-F3AA-D65C-AFEA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAMILA SLONGO PEGORARO BÖNTE (CPF 035.XXX.XXX-50) em 23/02/2026 18:30:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/FBFB-F3AA-D65C-AFEA>

**Proc. Administrativo 4- 2.568/2026**

**De:** LUCAS C. - GP-AGD

**Para:** GP - Gabinete do Prefeito - A/C ANTONIO P.

**Data:** 06/03/2026 às 16:40:54

Prefeito, segue para assinatura Despacho que **defer**e prorrogação de **6 meses** ao Contrato n.º 183/2025 com a empresa ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, para serviços de médicos generalistas nas Unidades de Saúde, acolhendo o Parecer Jurídico n.º 0248/2026.

—  
**LUCAS DE OLIVEIRA CATAFESTA**  
*Assessor de Gabinete*

**Anexos:**

154\_2026\_ADITIVO\_DE\_PRAZO\_ACESSOMED\_GESTAO\_E\_SERVICOS\_LTDA.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

| Assinante      | Data                | Assinatura                             |
|----------------|---------------------|----------------------------------------|
| ANTONIO PEDRON | 09/03/2026 08:14:12 | 1Doc ANTONIO PEDRON CPF 196.XXX.XXX-49 |

Para verificar as assinaturas, acesse <https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **7A28-1A3A-68E5-9DAB**



# MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

## Estado do Paraná

### DESPACHO Nº 154/2026

**PROCESSO Nº:** 2568/2026  
**REQUERENTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
**INTERESSADA:** ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA  
**LICITAÇÃO:** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 183/2025 (INEXIGIBILIDADE N.º 15/2025 E CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 06/2024)  
**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS GENERALISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE  
**ASSUNTO:** ADITIVO DE PRAZO

Trata-se de pedido formulado pela Secretaria Municipal de Saúde de prorrogação de prazo em 6 (seis) meses ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 183/2025. O processo encontra-se devidamente instruído com a documentação pertinente e, notadamente, com o Parecer Jurídico n.º 0248/2026, elaborado pela Procuradoria-Geral do Município.

O referido Parecer Jurídico n.º 0248/2026 concluiu pela regularidade do pleito, verificando que o contrato sob exame é regido pela Lei n.º 14.133/2021, por ter sido firmado em 26/03/2025. A prorrogação de prazo em 6 (seis) meses está amparada pelo art. 107 da Lei n.º 14.133/2021, que autoriza a prorrogação sucessiva de contratos de serviços contínuos até o limite máximo de 10 (dez) anos. O requerimento foi protocolado em 27/01/2026, operando-se a sua tempestividade, nos termos do art. 132 da referida Lei, uma vez que o prazo de vigência do contrato encerra em 25/03/2026. A justificativa para o aditivo reside na necessidade de manter os serviços de médicos generalistas nas Unidades de Saúde, garantindo a continuidade dos serviços públicos de saúde, bem como na homologação do Concurso n.º 247/2025 em 17/12/2025 e o tempo necessário para os atos de convocação e nomeação dos aprovados.

Ante a análise dos documentos apresentados no processo e da fundamentação jurídica exarada, **ACOLHO** integralmente as conclusões do Parecer Jurídico n.º 0248/2026 e, por consequência lógica e jurídica, **DEFIRO** o pedido para que seja efetuada a prorrogação do prazo de vigência em **6 (seis) meses** ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 183/2025, firmado com a empresa ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA.

Encaminhe-se ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos para que elabore o termo aditivo imediatamente, com a devida motivação expressa, respeitando-se o prazo de 6 (seis) meses, observada a verificação prévia da regularidade fiscal da contratada, nos termos do art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

Dê-se ciência ao Controle Interno, nos termos do Art. 83, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, para as providências de sua alçada e devido acompanhamento.

Comunique-se à parte interessada.

Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Saúde para que tome as providências necessárias à substituição gradativa dos profissionais terceirizados pelos candidatos aprovados no Concurso Público n.º 247/2025.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 06 de março de 2026.

**ANTONIO PEDRON**  
Prefeito Municipal





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7A28-1A3A-68E5-9DAB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO PEDRON (CPF 196.XXX.XXX-49) em 09/03/2026 08:14:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/7A28-1A3A-68E5-9DAB>

**Ofício 4.230/2026**

**De:** Daniel S. - SMA-LC-ALT

**Para:** ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA

**Data:** 13/03/2026 às 10:37:18

Bom dia,

Encaminha-se o 3º Termo de Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 183/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 15/2025, para análise e assinatura.

Atenciosamente,

—

**Daniel Schmitz**

*agente administrativo*

**Anexos:**

ADITIVO\_N\_3\_PRAZO\_CONT\_183\_ACESSOMED\_GESTAO\_E\_SERVICOS\_LTDA.pdf



## MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

### Estado do Paraná

#### 3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 183/2025

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2025

Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, estado do Paraná e a empresa ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, pessoa jurídica, de Direito Público Interno, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, inscrito no CNPJ sob o nº 77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ANTONIO PEDRON, portador do CPF Nº 169.905.689-49.

CONTRATADA: ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.306.377/0001-41, com sede na Avenida João Gualberto, 1342, Sala 701, Andar 7, CEP: 80030000, Bairro Alto da Glória, na cidade de Curitiba/PR.

OBJETO: Prestação de serviços médicos generalistas, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais.

JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria Jurídica opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 2.568/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 6 (seis) meses, ou seja, até o dia 25 de setembro de 2026, conforme abaixo especificado:

| Item | Código | Descrição                                                                                                                                                                                            | Unidade | Quantidade | Preço unitário<br>R\$ | Preço total<br>R\$ |
|------|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|-----------------------|--------------------|
| 1    | 60108  | Serviços de médico generalista para atendimento nas Unidades de Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais.<br>Profissional: Danielly Maximino da Rocha - CRM/PR: 57568. | MES     | 6,00       | 18.539,49             | 111.236,94         |

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificados em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do contrato original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente aditivo, para que o mesmo surta seus efeitos legais e jurídico.

Francisco Beltrão, 13 de março de 2026.



*MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO*  
*Estado do Paraná*

ANTONIO PEDRON  
CPF nº 196.905.689-49  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA  
CONTRATADA  
JOÃO GUILHERME GALI MARTINS  
CPF 082.\*\*\*.\*\*\*-83

**Proc. Administrativo 5- 2.568/2026**

**De:** Daniel S. - SMA-LC-ALT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 13/03/2026 às 10:38:28

Segue publicação - PNCP.

—

**Daniel Schmitz**

*agente administrativo*

**Anexos:**

Publicacao\_ADITIVO\_N\_3\_PRAZO\_CONT\_183\_ACESSOMED\_GESTAO\_E\_SERVICOS\_LTDA\_PNCP.pdf

# Contrato nº 1832025/2025

Última atualização 13/03/2026



**Local:** Francisco Beltrão/PR    **Órgão:** MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO

**Unidade executora:** 29 - Departamento Administrativo - Saude

**Tipo:** Contrato (termo inicial)    **Receita ou Despesa:** Despesa    **Processo:** 183    **Categoria do processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 16/09/2025    **Data de assinatura:** 26/03/2025    **Vigência:** de 26/03/2025 a 25/09/2025

**Id contrato PNCP:** 77816510000166-2-000190/2025    **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

**Id contratação PNCP:** [77816510000166-1-000059/2025](#)

**Objeto:**

Prestacao de servicos de medicos generalistas, para atendimento nas Unidades de Saude, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo periodo de 06 (seis) meses, conforme Chamamento Publico no 06/2024.

**VALOR CONTRATADO**

R\$ 105.537,90

**FORNECEDOR:**

**Tipo:** Pessoa jurídica    **CNPJ/CPF:** 50.306.377/0001-41    [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome/Razão social:** ACESSOMED GESTAO E SERVICOS LTDA

Arquivos    Histórico

| Nome                                                                      | Data/Hora de Inclusão |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| CONT. 183 - ACESSOMED GESTAO E SERVIÇOS LTDA                              | 16/09/2025 - 11:45:36 |
| ADITIVO Nº 1 - PRAZO - CONT.183 - ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA        | 16/09/2025 - 11:46:37 |
| APOSTILAMENTO 02 - CONT. 183 - ACESSOMED GESTAO E SERVIÇOS LTDA           | 08/12/2025 - 14:51:40 |
| ADITIVO Nº 2 - REEQUILIBRIO - CONT.183 - ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA | 24/02/2026 - 16:41:16 |
| ADITIVO Nº 3 - PRAZO - CONT.183 - ACESSOMED GESTAO E SERVICOS LTDA        | 13/03/2026 - 10:33:16 |

Exibir: 5 1-5 de 5 itens

Página: 1

[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

**Proc. Administrativo 6- 2.568/2026**

**De:** Daniel S. - SMA-LC-ALT

**Para:** GP-CCI-RG - Registro de ciência - A/C Patricia M.

**Data:** 13/03/2026 às 10:38:45

Encaminha-se ao Controle Interno exclusivamente para ciência, conforme dispõe o art. 83, § 2º, da Lei Orgânica Municipal.

—

**Daniel Schmitz**

*agente administrativo*